



**COMISSÃO INTERMINISTERIAL PARA OS RECURSOS DO MAR**  
**ATA DA 30ª SESSÃO ORDINÁRIA DO GRUPO DE INTEGRAÇÃO**  
**DO GERENCIAMENTO COSTEIRO (GI-GERCO)**  
Sala de Reuniões da Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar  
Brasília, DF, 15 de maio de 2007. Horário: 14:30 às 18:00 horas

**Coordenação da Reunião: Ademilson Zamboni / Celso Moraes Peixoto Serra**

<b>ÓRGÃO</b>	<b>PARTICIPANTE(S)</b>
ANAMMA	Jefferson da Silveira Martins
ANTAQ	Marcos Maia Porto Maria Luiza Almeida Gusmão
EMA	Tarcísio A. de Oliveira
IBAMA	Vaneide Ramos de Lima
MCT	Maria Cordélia Soares Machado
MDIC	Eduardo Von Glehn Nobre
MMA	Ademilson Zamboni
MME	Christina Elizabeth Paes de Vasconcelos
MRE	Paulo Eduardo de Azevedo Ribeiro
MT	Edison de Oliveira Vianna Jr.
MTur	Ricardo de Sousa Mendes
ONG	Luiz Ernesto Borges de Mourão Sá
PETROBRAS	Jane Mauro
SEAP	Felipe Matarazzo Suplicy
SECIRM	Celso Moraes Peixoto Serra
SPU	Andréa Acean Oncala

**Convidados / Assessores Técnicos:**

ABEPH/DOCAS RJ	Uiara Martins de Carvalho
EMA	Heraldo Soares Caldeira
MD	Paulo Teixeira de Castro
MMA	Cristina de Queiroz Telles Maffra João Luiz Nicolodi Mário Cesar Batista de Oliveira
MRE	Ronaldo Lima Vieira

## **ITENS DA AGENDA:**

### **1. ABERTURA**

Expressando boas vindas a todos, o representante da SECIRM, Comandante Celso Serra, iniciou a 30ª Sessão Ordinária do GI-GERCO. Em seguida, passou a palavra e a coordenação da Sessão ao representante do MMA, Ademilson Zamboni, que também desejou boas vindas e agradeceu a presença de todos.

O Coordenador fez uma breve explanação sobre o atual momento de reformas na estrutura do MMA. Ressaltou a importância do GI-GERCO, destacando que o Grupo é sólido e já tem bastante tempo de existência. Falou sobre a pertinência da recuperação e revitalização dos trabalhos do Grupo e a condução das ações do Plano de Ação Federal da Zona Costeira do Brasil – PAF-ZC e dos respectivos Comitês de Articulação.

Em seguida, consultou os presentes sobre a agenda provisória para a 30ª Sessão Ordinária do GI-GERCO.

### **2. PROVIDÊNCIAS ADMINISTRATIVAS**

#### **2.1. Adoção da Agenda**

A Agenda proposta foi aprovada com alteração quanto à ordem dos itens 3 e 4. O item 3 proposto (Assuntos para deliberação), passou a ser o item de número 4. O item 4 proposto (Notícias), passou, então, a ser o item número 3.

Outrossim, o representante da SEAP solicitou a inclusão de um item no tópico notícias, qual seja “3.6. Princípios internacionais para a carcinicultura responsável”.

#### **2.2. Aprovação da Ata da Sessão Anterior**

A Ata foi aprovada com apenas duas pequenas observações. Uma, relativa à grafia de nomes de participantes. Outra, relativa à divisão do espaço reservado à assinatura da Marinha em dois, já que ali constavam representantes do EMA e da SECIRM.

### **3. NOTÍCIAS / OUTROS ASSUNTOS**

Exceto a inclusão do item 3.6 feita pela SEAP, todas as outras apresentações desse tema foram previstas pelo MMA e versaram sobre o balanço das seguintes ações: Agenda Ambiental Portuária, Projeto Orla, Câmara Técnica para Integração da Gestão de Bacias Hidrográficas e Zona Costeira, Macrodiagnóstico da Zona Costeira e Mapeamento da Sensibilidade Ambiental ao Derramamento de Óleo.

O representante do MMA salientou que as apresentações não deveriam ser entendidas como uma prestação de contas, mas como a ampliação da abertura dessas ações à participação e contribuição de todas as instituições membro do GI-GERCO. Destacou que dos participantes do Grupo, além do MMA, as instituições que mais noticiam suas ações ao Grupo são a ANTAQ e a SEAP. A seguir, um resumo das apresentações:

#### **3.1. Balanço da Agenda Ambiental Portuária**

A apresentação enfocou o curso “Qualidade Ambiental e Atividade Portuária no Brasil”, atividade prevista no Plano de Ação Federal para a Zona Costeira – PAF 2005, no âmbito do Programa Nacional de Capacitação Ambiental Portuária. Os cursos foram oferecidos pelo MMA/GERCOM em parceria com a ANTAQ e o Programa Train-Sea-Coast, sendo direcionados aos responsáveis pela gestão ambiental dos portos e terminais e aos técnicos dos órgãos ambientais das três esferas do governo. Foram abordados temas como: a geografia da atividade portuária contemporânea e do sistema portuário brasileiro, legislação ambiental, auditoria ambiental, gerenciamento de efluentes líquidos e de emissões atmosféricas, gerenciamento de resíduos sólidos, de dragagem, de água de lastro e gerenciamento de risco.

Cursos realizados em 2006: - Vitória, ES: de 07 a 10 de fevereiro; - Salvador, BA: 24 a 28 de julho; - Fortaleza, CE: 03 a 06 de outubro; e - Florianópolis, SC: 20 a 24 de novembro. - Total: 9 Portos; - 168 Técnicos Capacitados / 99 Instituições; - Valor investido: R\$ 400.000,00.

Foi disponibilizado pelo MMA, para consulta dos presentes, o Manual do Participante do Curso Qualidade Ambiental e Atividade Portuária no Brasil.

### **3.2. Balanço do Projeto Orla**

O Balanço do Projeto Orla mostrou uma mudança de foco da capacitação de municípios para a formação de novos multiplicadores e instrutores do Projeto. Para tanto, foram realizadas 5 Oficinas Regionais de Multiplicadores do Projeto Orla e da Regularização Fundiária em Áreas da União (Salvador, BA; Natal, RN; Caraguatatuba, SP; Florianópolis, SC; e Belém, PA), atendendo 17 estados costeiros; 250 multiplicadores formados: sociedade civil (ONGs e movimentos sociais), universidades, Ibama, Órgãos Estaduais e Municipais.

Foi criada ainda a Rede de Instrutores do Projeto e da Regularização Fundiária em Áreas da União, durante a Oficina Nacional de Aprofundamento Metodológico, realizada em Fortaleza, de 23 a 27/04/2007, com 38 instrutores formados.

Além disso, no período citado foram elaborados novos materiais de apoio ao Projeto Orla pelo MMA e SPU/MP (manuais) e o Kit Orla.

As principais ações do Projeto Orla em andamento, em diferentes estados do país, também foram comentadas, com destaque para os estados do CE, BA, PA, RN e SC.

### **3.3. Trabalhos e Perspectivas da Câmara Técnica para Integração da Gestão de Bacias Hidrográficas e Zona Costeira**

O representante do MMA deu destaque a este tema, apresentando as principais bases legais para a convergência das políticas de Zona Costeira e de Recursos Hídricos. A Lei nº 7.661/88 estabelece que o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro - PNGC deverá prever o zoneamento de usos e atividades na zona costeira e dar prioridade à conservação e proteção, entre outros, dos seguintes bens: I – recursos naturais, renováveis e não renováveis; recifes, parcéis e bancos de algas; ilhas costeiras e oceânicas, sistemas fluviais, estuarinos e lagunares, baías e enseadas; praias;..., já o Decreto nº 5.300/04, em seu Artigo 5º, diz que são princípios fundamentais da gestão da zona costeira aqueles estabelecidos na Política Nacional do Meio Ambiente, na Política Nacional para os Recursos do Mar e na Política Nacional de Recursos Hídricos.

Relembrou que em julho 2005, através da Resolução nº 51, o Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH instituiu a Câmara Técnica de Integração da Gestão das Bacias Hidrográficas e dos Sistemas Estuarinos e Zona Costeira CTCOST. A Resolução CNRH nº 56 estabeleceu a composição da CTCOST: Ministério do Meio Ambiente (SQA, SRH, ANA); Ministério de Ciência e Tecnologia; Ministério da Integração Nacional; Ministério de Minas e Energia; Ministério dos Transportes; Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca; Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos; Setor Industrial (CNI); Comitês, Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas; Organizações Não-Governamentais; Organizações Técnicas e de Ensino e Pesquisa.

Entre as principais atividades em andamento na CT-COST destacam-se a revisão da Resolução nº 17 do CNRH, que estabelece diretrizes para elaboração dos planos de recursos hídricos de bacias hidrográficas; a revisão do termo de referência para elaboração de planos de bacias; a definição de base territorial para gestão integrada (estudo de caso nas Bacias do Rio Jacaraípe e Piraquê-Açu/Piraquê Mirim); a inserção de diretrizes de gestão costeira no plano nacional de recursos hídricos.

### **3.4. Macrodiagnóstico da Zona Costeira**

O Coordenador passou a palavra para o Sr. João Luiz Nicolodi, que lembrou a todos que o macrodiagnóstico da zona costeira e marinha é um instrumento de gestão do território que reúne

informações - em escala nacional, sobre as características físico-naturais e socioeconômicas da zona costeira, com a finalidade de orientar ações de preservação, conservação, regulamentação e fiscalização dos patrimônios naturais e culturais.

Biodiversidade: rede hidrográfica, áreas prioritárias definidas pelo PROBIO, dados referentes às espécies (banco do PROBIO), dados dos principais programas (espécies “bandeiras”, TAMAR, Peixe Boi, Baleia Jubarte, etc).

Zona Econômica Exclusiva: dutos, refinarias, UPGN, portos e terminais, atividades de extração e produção de gás natural, blocos de exploração licitados.

Geomorfologia: compartimentação geomorfológica, parâmetros oceanográficos, rede hidrográfica.

Dinâmica Populacional: densidade rural, taxa de crescimento da população urbana, setor urbano por subdistritos, infra-estrutura de transportes.

Potencial de Risco à Inundação: grau de risco considerando a densidade populacional e o modelamento de terreno (SRTM-NASA) em função das condições oceanográficas (nível do mar, erosão, ondas, etc).

Potencial de Risco Tecnológico: potencial poluidor das indústrias, número de empregados por tipo de indústria, fontes de energia, atividades petrolíferas, população absoluta.

Risco Social: carência de coleta de lixo e esgotamento sanitário, nível de renda por domicílio.

Carta de Gestão Costeira: setores costeiros, estimativa da população, unidades de conservação (federais e estaduais), situação do zoneamento ecológico econômico, instrumentos de gestão ambiental: Agenda 21, Projeto Orla, CMMA, Plano Diretor, Índices de Sensibilidade a Derrames de Óleo.

Ao final da apresentação foi conduzida uma breve discussão da aplicabilidade desse instrumento e propostas de contribuição ao seu banco de dados pelo IBAMA.

### **3.5. Mapeamento Sensibilidade Ambiental Derramamento de Óleo**

Nesse item foi feita, ainda pelo Sr. João Luiz, uma explanação sobre o que são e a que se aplicam os mapeamentos de sensibilidade:

- nos planos de contingência: ajudando a definir prioridades de proteção, estratégias de contenção e limpeza / remoção, e quantificação de recursos necessários ao combate de derramamentos de óleo;

- nas operações de combate a derrames de óleo: possibilitando a avaliação de danos e facilitando a identificação dos locais especialmente sensíveis, “ áreas de sacrifício”, rotas de acesso e quantificação / localização de equipamentos de resposta;

- no planejamento ambiental: durante a avaliação de recursos em perigo; estudos de impacto ambiental; auxílio na definição de locais de instalação de empreendimentos da indústria do petróleo; reforço dos instrumentos políticos e administrativos de ordenamento territorial.

As cartas SAO incluem três tipos de informações principais: sensibilidade da linha da costa, recursos biológicos dos ecossistemas costeiros e marinhos, usos humanos dos recursos.

Situação atual do mapeamento: - Bacia Ceará / Potiguar: Atlas publicado - recurso MMA; - Bacia de Sergipe-Alagoas/Pernambuco-Paraíba: executor/contrato – OCEANSATPEG - recurso MMA; - Bacia de Santos: executor/consórcio coordenado pelo INPE - Edital do CT-PETRO/MCT / CNPq - Conclusão: Junho / 2007; - Sul da Bahia: convênio FAPEX – UFBA. Mapas, publicações e demais documentos disponíveis no SIGERCOM [www.mma.gov.br/sigercom](http://www.mma.gov.br/sigercom)

### **3.6. Princípios Internacionais para a Carcinicultura Responsável**

O Sr. Felipe Suplicy enfatizou que a SEAP acredita no desenvolvimento sustentável como o único caminho para o futuro e também para resolver o passivo da atividade da carcinicultura. O representante daquela Secretaria reapresentou o documento Princípios Internacionais para a Carcinicultura Responsável, desenvolvido pelo Consórcio sobre Carcinicultura e Meio Ambiente

em consideração ao crescimento do setor e à degradação ambiental e conflitos associados. O Consórcio é composto pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação – FAO, pela Network of Aquaculture Centres in Asia-Pacific (NACA), pelo Programa Global de Ação para a Proteção do Ambiente Marinho das Atividades Realizadas em Terra – GPA/PNUMA, pelo Banco Mundial – WB, e pela World Wildlife Foundation – WWF. Disponibilizou uma cópia do documento para cada participante e informou que a SEAP está providenciando a impressão do mesmo.

A SEAP entregou ao MMA um exemplar do documento contendo a consulta técnica FAO/BANGKOK sobre políticas para o cultivo sustentável do camarão e do relatório FAO/Governo da Austrália sobre boas práticas de manejo e arranjos institucionais para o cultivo sustentável do camarão, e ressaltou o interesse daquela Secretaria em compartilhar o banco de dados da SEAP com o SIGERCOM (Sistema de Informações do Gerenciamento Costeiro).

## **OUTROS ASSUNTOS**

- O Representante do MMA divulgou o livro Erosão e Progradação do Litoral Brasileiro, publicado em 2006. Salientou que o documento é um marco para a geomorfologia costeira no Brasil, sendo um diagnóstico da linha de costa desde a foz do Rio Oiapoque até a desembocadura do Arroio Chuí no Oceano Atlântico. Disponibilizou uma lista para que as instituições do GI-GERCO solicitassem exemplares ao MMA.

- O Representante da ANAMMA apresentou o livro Introdução à Geologia Marinha, informando que exemplares do mesmo encontram-se disponíveis nas bibliotecas das principais universidades brasileiras.

- O Comandante Paulo Castro informou que não atua mais no IBAMA e sim no Ministério da Defesa. Disse que o IBAMA já oficializou à SECIRM a Sra. Vaneide Lima como a nova representante titular daquele Instituto.

- O Representante do MMA falou sobre as Moções nº 01, nº 02, nº 03 e nº 04, oriundas do 3º Encontro Nacional de Gerenciamento Costeiro – ENCOGERCO, enviadas pela Agência Brasileira de Gerenciamento Costeiro ao MMA e a outras instituições afetas aos assuntos tratados. As moções são relativas, respectivamente, ao processo de discussão das políticas de turismo, à delimitação e demarcação de terra indígena, à indústria da carcinicultura e à criação de reserva extrativista. Os presentes receberam cópia das moções em tela.

## **4. ASSUNTOS PARA DELIBERAÇÃO**

### **4.1. Aprovação do Regimento Interno do GI-GERCO**

A atual versão do Regimento Interno posta para aprovação do Grupo originou-se da 29ª Sessão Ordinária e do trabalho de sistematização realizado pelo IBAMA, MMA e SECIRM após as contribuições recebidas da ANTAQ e do MME. O documento havia sido previamente distribuído aos membros via correio eletrônico, bem como foi novamente distribuído aos presentes.

Como resultado das discussões sobre o Regimento, o Artigo 2º, relativo às competências do GI-GERCO, recebeu novamente o inciso I, que, modificado, ganhou a seguinte redação: “propor as diretrizes gerais para a ação federal na zona costeira”.

No caput do Artigo 3º foram incluídas as empresas de economia mista, além de ser especificado que o Ministério Público que compõe o Grupo é o Federal.

No parágrafo primeiro do Artigo 3º, a palavra “secretaria especial” foi substituída por “instituição”, e a parte do seu texto “a ser ocupada por autarquia, fundação, empresa pública, de economia mista, secretaria vinculada ou subordinada”, excluída.

O representante das ONGs manifestou a opinião de que outras organizações não governamentais também compusessem o Grupo, proposta rejeitada pelos participantes. Os membros do GI-GERCO enfatizaram, no entanto, que das reuniões do Grupo podem participar colaboradores, especialistas e observadores, mesmo que não membros do Grupo.

O Regimento Interno foi, então, aprovado por consenso.

#### **4.2. Plano de Ação Federal para a Zona Costeira - PAF-ZC**

Com vistas ao nivelamento das bases teóricas e operacionais, o representante do MMA disse que o momento exige uma releitura do Plano de Ação Federal para a Zona Costeira – PAF-ZC, tendo em vista o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC. Falou que o momento é, então, bastante oportuno para a retomada do PAF.

A ausência de representante do Ministério do Planejamento na presente Sessão não possibilitou o debate sobre o PAF e o PPA 2008-2011: orientações para priorização de ações do PAF-ZC no PPA 2008-2011. Contudo, o MMA salientou a importância das instituições preverem recursos para as ações do PAF ao elaborarem seus respectivos PPAs. Disse que o MMA previu o desenvolvimento das Cartas SAO, do Macrodiagnóstico da Zona Costeira e do Relatório de Qualidade Ambiental da Zona Costeira na revisão do Plano Pluri Anual – PPA.

Previamente à Sessão, o MMA solicitou das instituições componentes do GI-GERCO que preparassem uma breve apresentação sobre suas ações no PAC que tivessem rebatimento na zona costeira. Somente o MT e a ANTAQ providenciaram.

Em seguida, o Representante do Ministério dos Transportes - MT fez uma apresentação sobre investimentos do PAC na zona costeira que incluem obras como ferrovias, hidrovias e portos. Esclareceu que com a criação da nova Secretaria Especial de Portos - com status de Ministério, o assunto não estará mais diretamente ligado ao MT. A discussão que a apresentação gerou foi especialmente sobre dragagem e licenciamento ambiental.

Em face da apresentação do MT, os presentes concordaram que deve ser priorizada a revisão da Agenda Ambiental Portuária. O representante do MMA antecipou-se ao dizer que a Agenda Ambiental Portuária não pode se resumir ao curso de capacitação e solicitou à ANTAQ – coordenadora do respectivo grupo de articulação, que na proposta de revisão, incluísse o tema da regularização fundiária nas áreas dos portos. O representante da SECIRM salientou a importância da continuidade da oferta dos cursos e solicitou que a ANTAQ também se empenhasse na busca de recursos, já que, até o momento, a capacitação foi viabilizada com recursos do MMA.

O representante do MTur informou que aquele Ministério não tem ação no PAC. O MMA ressaltou a necessidade de se aprofundar a agenda ambiental do turismo, haja vista que de todas, a que menos avançou foi a com o MTur, principalmente a interface com o Projeto Orla. O representante do MTur concordou com o MMA que é necessário maior empenho nessa articulação.

#### **5. DATA DA PRÓXIMA REUNIÃO**

A próxima reunião foi marcada para o dia 09 de agosto de 2007.

#### **6. ENCERRAMENTO**

Encerrando a Reunião, o Sr. Coordenador ressaltou a importância de convocar os Comitês de Articulação do Projeto Orla (coordenado pelo MMA) e o da Agenda Ambiental Portuária (coordenado pela ANTAQ), atentando que os resultados das discussões dos Comitês serão levados à próxima Sessão do GI-GERCO.